

## **Mulher-Mãe com Leite e Mulher-Mãe Seca: Vozes e Silêncios nas Campanhas de Aleitamento Materno<sup>1</sup>**

Amanda Braga Silveira  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

Rudimar Baldissera  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

### **Resumo**

Neste artigo, percebemos os processos de comunicação pública realizados pelo Ministério da Saúde, a partir das representações da Mulher-mãe com Leite e da Mulher-mãe Seca, identificadas pelas participantes do Estudo LINDA-Brasil. Para isso, são acionados aportes teóricos sobre as “representações da mulher-mãe” e os processos de comunicação pública, além de dados da pesquisa empírica realizada por Silveira (2018), que compreendeu a realização de um grupo focal com participantes do LINDA-Brasil. Assim, constatamos que as representações da mulher-mãe identificadas pelas participantes concebem o aleitamento materno como um processo meramente biológico, fazendo com que a Mulher-mãe com Leite seja eleita a “boa mãe” em oposição à Mulher-mãe Seca que é classificada como inferior, na medida em que essas mulheres são historicamente silenciadas nos processos de comunicação pública.

### **Palavras-chave**

Comunicação Pública; Representações da Mulher-mãe; Relações de Poder.

### **Introdução**

O Aleitamento Materno é atualmente muito incentivado pelas organizações internacionais e por políticas públicas nacionais como estratégia de saúde pública que influencia na redução das taxas de morbimortalidade infantil e na promoção da saúde da criança. Nesse cenário, nas últimas duas décadas, o Ministério da Saúde brasileiro intensificou a produção de materiais de comunicação orientados à temática. Somente entre 2007 e 2010 o órgão produziu um volume significativo de documentos oficiais sobre o tema, indicando a importância crescente que a informação e a comunicação têm adquirido no âmbito da saúde da criança em nosso país (KALIL, 2015). Consequentemente, é nesse contexto que este estudo se insere, a partir da

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Discursos, Identidades e Relações de Poder, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

pesquisa realizada por Silveira (2018) sobre as representações da mulher-mãe na/pela *Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta*, produzida e veiculada pelo Ministério da Saúde.

Para ponderarmos a respeito da circulação dessas representações sob o prisma da comunicação pública, importa destacarmos, desde aqui, que a comunicação é compreendida como “processo de construção e disputa de sentidos” (BALDISSERA, 2000, p. 21). E que, ainda conforme Baldissera (2008), essa concepção destaca a centralidade da significação para os/nos processos comunicacionais evidenciando sua complexidade. Nessa direção, as Campanhas de Aleitamento Materno produzidas e veiculadas pelo Ministério da Saúde vão muito além de publicizar ou divulgar ações e serviços. Concebidas como materializações discursivas, elas têm potência para influenciar na configuração da cultura, naturalizando e (re)afirmando modos de ser e estar no mundo. Logo, neste artigo temos o objetivo de perceber os processos de comunicação pública realizados pelo Ministério da Saúde, a partir das representações da Mulher-mãe com Leite e da Mulher-mãe Seca, identificadas pelas participantes do Estudo LINDA-Brasil.

### **A Noção de Representação**

O início do raciocínio de Hall (2016) sobre o funcionamento da linguagem como processo de significação é o seu entendimento de cultura como um conjunto de “significados compartilhados” (HALL, 2016, p. 17). Assim, para o autor, a “linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura” (HALL, 2016, p. 18 – grifos no original), na medida em que considera a cultura como o local de criação e troca de significação em uma sociedade.

Portanto, é por essa lógica que a noção de representação se torna elementar para este trabalho, pois que as representações são centrais nos processos de produção e circulação de sentidos, nas interações estabelecidas entre os indivíduos que constituem uma sociedade. Os usos que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos sobre elas – como as representamos – exercem-se em perspectiva de conformar sua significação. Através de interações o mundo é estruturado em representações, a significação é construída, intercambiada e, ainda, instituída. Cabe ressaltarmos que, frequentemente, essas representações passam por complexos processos de naturalização de concepções de mundo exigindo ser admitidas e assumidas pela sociedade, não mais como representações, mas como a ‘verdade’.

Aliás, o exercício da linguagem sempre atualiza relações de poder de modo que nas interações que os sujeitos estabelecem, não apenas constroem significação de mundo, mas, fundamentalmente, procuram instituir a significação que melhor atenda aos interesses dos grupos político-socioculturais que representam. Nessa perspectiva, ocupar o lugar de fala é também apoderar-se para dizer de si em relação aos outros, para dizer das representações que devem ser validadas como legítimas e quais devem ser desprezadas e/ou descartadas.

Nesse entendimento e considerando o recorte deste estudo, podemos afirmar que também são essas práticas de significação linguística e cultural, sempre guiadas por desejos de poder, que produzem e fazem circular os significados de mulher e mãe. Essas representações são instituídas como lentes a serem empregadas pelas mulheres para entenderem suas experiências, pois que prescrevem e definem o que elas devem ser, fazer e sentir (MEYER, 2003). Assim, apesar de as variadas representações da mulher-mãe, culturalmente criadas e compartilhadas na sociedade, produzirem sentidos que funcionam competindo entre si, deslocando, acentuando ou suprimindo convergências, conflitos e divergências entre diferentes discursos e identidades, na prática, são apenas algumas delas que, dentro de determinadas configurações de poder, acabam se revestindo de autoridade científica e/ou se transformando em senso comum, a tal ponto que deixamos de reconhecê-las como representações (MEYER, 2003) para assumi-las como sendo as ‘verdadeiras’ concepções.

E, é assim que uma dessas representações da mulher-mãe, numa espécie de naturalização, põe em suspenso seu caráter de representação para funcionar, num determinado contexto sócio-histórico e cultural, como sendo a melhor concepção ou a verdadeira mulher-mãe – a boa mãe – aquela que se transforma em referência não só nas Campanhas de Aleitamento Materno, mas também para as próprias mulheres, e a partir da qual outras mulheres são classificadas e valoradas.

### **A Concepção de Aleitamento Materno**

A singularidade do leite humano e os esclarecimentos sobre o processo de lactação são frequentemente validados pelas pesquisas científicas sobre o aleitamento materno. Porém, o aleitamento não se reduz apenas em fatos biológicos, visto que engloba dimensões construídas cultural, social e historicamente (NAKANO, 1996). Nessa direção, trabalhos que analisam a construção de significados do aleitamento materno e da maternidade através dos tempos, entre eles os de Badinter (1985; 2011), Hays, (1998) e Wolf (2007), apontam que as representações

da mulher-mãe a partir da amamentação guardam relação com o lugar, a imagem social da mulher e a maternidade, e podem diferir em diferentes épocas e contextos sociais em razão de valores e interesses econômicos e políticos próprios.

Nessa perspectiva, Bosi & Machado (2005) relatam que o valor atribuído ao leite humano e suas vantagens nutricionais e afetivas apresentam, atualmente, as mesmas oscilações na sua prática que se apresentaram ao longo da história, em diferentes sociedades. Isso porque a prática do aleitamento materno, longe de significar um ato instintivo e natural, representa um hábito preso a determinantes sociais e às manifestações da cultura. Desse modo, as concepções e os valores, incorporados pelo processo de socialização influem na prática da amamentação tanto quanto o equilíbrio biológico e o funcionamento hormonal da mulher (BOSI & MACHADO, 2005).

Por isso, o aleitamento materno está, como assume Badinter (2011, p. 86), na essência de uma determinada filosofia de maternidade “que condiciona a situação da mulher e seu papel na sociedade”. Nesse sentido, conforme Kalil (2015), na maior parte dos discursos brasileiros e internacionais materializados por governos e organizações que atuam em prol da amamentação, ela vem sendo apresentada como uma prática ‘naturalizada’ no sentido de um comportamento que é passado como incontestável, ao qual se confere estatuto de ‘verdade’ (KALIL, 2015).

No entanto, essa afirmação que se faz a todas as mulheres que se aventuram na experiência da maternidade, tratando a prática do aleitamento materno como um comportamento ‘instintivo’ ou ‘natural’ (BADINTER, 2011), não foi unânime em outros momentos históricos e em distintas situações socioculturais, bem como não é vivenciado nos mesmos termos em diferentes classes dentro de uma única sociedade complexa (KALIL, 2015). Assim, ainda de acordo com Kalil (2015), os discursos proferidos e difundidos mundialmente, ao longo do último quarto do século XX, em prol do aleitamento materno, por governos, organizações nacionais e internacionais dedicadas à saúde vêm consolidando um processo identificado, nos dias atuais, como uma *nova ideologia de maternidade* que procura modular o comportamento da mulher em favor da amamentação, culpando-a e responsabilizando-a pelo desmame precoce, que está associado de maneira direta a agravos para a saúde de seu filho.

### **A Percepção de Comunicação Pública**

A retomada do movimento em defesa do aleitamento materno, principalmente, a partir do último quarto do século XX, usou diferentes razões para defender a amamentação, “que vão

desde as propriedades biológicas ímpares do leite humano até as questões de cunho econômico, capazes de impactar tanto a família como o Estado” (ALMEIDA, 1998, p. 13). Assim, e pensando o quanto a prática da amamentação sofre influências das estratégias de políticas públicas do Estado, como: quando o Ministério da Saúde recomenda em seus materiais educativos os períodos ideais de aleitamento, essa prática acaba tornando-se assunto de interesse público posto que, segundo Sartor & Baldissera (2016, p. 325), o interesse público constitui o princípio que, nas comunidades democráticas, “deve nortear a criação e a aplicação das leis, o desenvolvimento das políticas públicas, o direcionamento dos investimentos estatais, a veiculação de notícias pelos meios de comunicação e outras práticas relativas às instituições sociais que regulam, transformam ou informam a esfera da cidadania”.

Dessa forma, cabe ressaltarmos aqui, que empregamos as noções de esfera pública, comunicação pública e opinião pública sob a perspectiva da teoria democrática deliberativa, a partir de autores como Gomes (2006) e Esteves (2011). Nesse sentido, destacamos que por esfera pública compreendemos o espaço simbólico em que o público de cidadãos interage para debater temas de interesse público. Em vista disso, a comunicação pública materializa-se para dar visibilidade a essas questões, bem como para a realização do debate e da crítica sobre elas. Nesse entendimento, e de modo sucinto, a opinião pública “pode ser entendida como *resultado* (sempre provisório) do processo de comunicação pública que expressa um acordo coletivo, legítimo apenas na medida em que se constitui por meio do debate livre e inclusivo” (SARTOR & BALDISSERA, 2016, p. 337 – grifos no original).

Sob essa perspectiva, como práticas ideais de comunicação pública, destacamos: a) a *visibilidade*, definida por Esteves (2011), como a ação de tornar algo público: dar a conhecer opiniões, ideias, fatos, situações e pessoas; b) a *crítica*, que se fundamenta no posicionamento perante aos temas, assuntos ou problemas presentes na comunicação pública, e que se dá através do exercício de juízos diante de diversas opiniões que foram objeto de publicização; e c) o *debate*, percebido como a parte que confere um sentido próprio à comunicação pública e encarregado de fixar nessa comunicação uma orientação de caráter sobretudo racional, adotando um “valor de esclarecimento” no plano intelectual e uma “força de emancipação” no plano moral (ESTEVES, 2011, p. 197).

Dessa maneira, é o próprio debate, independente das instâncias e das instituições, que caracteriza a esfera pública (GOMES, 2006) e, de maneira extensiva, a comunicação pública. Dela também faz parte o cidadão desinstitucionalizado, ou seja, aquele que está nas praças e

participa das conversações cotidianas. Com propósitos políticos específicos ou não, esses cidadãos fazem uso do conjunto de argumentos postos a circular por governos, organizações, mídias e entidades da sociedade civil, visto que, a comunicação pública ocorre no campo que permeia a sociedade e o Estado e no qual uma pluralidade de vozes toma seu lugar (GIL & MATOS, 2013).

Assim, Gil & Matos (2013) acreditam que a expressividade da comunicação pública também está no ‘empoderamento’ da sociedade para a participação. Desse modo, os governos não podem se esquivar do papel de articuladores dos meios que favorecem a comunicação pública democrática e inclusiva, e devem ser chamados a gerenciar um conjunto de políticas para a efetiva participação dos distintos públicos da sociedade. Ou seja, pelo pressuposto de seu compromisso com o interesse público e considerando seu poder de ação, o Estado necessita ser o principal formador da comunicação pública.

### **Procedimentos Metodológicos**

Destacamos aqui, de modo objetivo, os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. Conforme Silveira (2018), para a coleta de dados foi realizado um grupo focal com 7 mulheres participantes do Grupo de Intervenção do Estudo LINDA-Brasil, vinculado ao Centro de Investigação de Porto Alegre e que já realizou a Visita de Um Ano após a randomização. O Estudo LINDA-Brasil é um Estudo Multicêntrico de Mudanças Intensivas de Estilo de Vida: é um ensaio clínico, randomizado, multicêntrico, em que são recrutadas gestantes atendidas em unidades de atenção para *Diabetes Mellitus Gestacional* (DMG) no Sistema Único de Saúde (SUS), nas cidades de Curitiba, Fortaleza, Pelotas, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. São convidadas a participar do Estudo mulheres com 18 anos ou mais, entre a 32<sup>a</sup> e 37<sup>a</sup> semanas de gestação (SCHMIDT et al., 2016).

Tendo início em 2014, esse estudo epidemiológico objetiva investigar a eficácia de um programa de mudanças de estilo de vida para retardar ou prevenir o diabetes tipo 2. Nesse cenário, após o recrutamento e o nascimento do bebê, as mulheres passam pela coleta das medidas basais e, se forem elegíveis, seguem para o arrolamento ao ensaio clínico randomizado, no qual as participantes são designadas a um dos dois grupos de comparação: 1) Grupo Controle; recebe atendimento convencional com instruções atualizadas sobre a prevenção do diabetes; e 2) Grupo de Intervenção, recebe os mesmos princípios aplicados ao Grupo Controle e um suporte adicional, além de um kit para extração do leite (SCHMIDT et al., 2016).

Nesse kit, a *Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta* (BRASIL, 2015) é o principal material de promoção e apoio ao aleitamento materno usado para ajudar as participantes e a Equipe do LINDA-Brasil no esclarecimento de dúvidas. Essa Cartilha (2015), segundo o Ministério da Saúde, tem como objetivo “dar algumas respostas” (2015, p. 4) às mulheres trabalhadoras sobre “como conseguir amamentar e, ao mesmo tempo, trabalhar fora de casa” (2015, p. 3), apresenta os direitos da trabalhadora que está amamentando e destaca a importância do aleitamento materno.

Diante disso, a pesquisa foca-se nos relatos do grupo focal, sendo essas transcrições interpretadas mediante Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Desse modo, com base em similaridades temáticas e pelo agrupamento de sequências de texto (STs), a categorização aconteceu em dois níveis temáticos. Assim, e a partir da percepção das participantes do Estudo LINDA-Brasil, apresentamos a grande categoria, seguida pelas subcategorias correspondentes e seus respectivos núcleos de sentido. A grande categoria: “Representações da Mulher-mãe na Sociedade”, desdobra-se em duas subcategorias: 1) “Mulher-mãe com Leite”; e 2) “Mulher-mãe Seca”. Por sua vez, a subcategoria “Mulher-mãe com Leite”, desdobra-se em dois núcleos de sentido relacionados: 2.a) “Mulher-mãe Frágil”; e 2.b) “Mulher-mãe Empoderada”. Neste trabalho, contudo, por uma questão de recorte focaremos nas duas subcategorias.

### **Quem eu sou? Eu sou a Mulher-Mãe com Leite!**

Nesta subcategoria, estão presentes as sequências de texto (STs) que se referem às representações da mulher-mãe identificadas pelas participantes como “a mãe boa”, ou seja, aquela que atende as representações compartilhadas pela sociedade, que cumpre com as regras e condutas pré-estabelecidas no coletivo.

Assim, os núcleos de análise dessa subcategoria se deram pela força da expressão “Mulher-mãe com Leite”. Essa construção foi expressa repetidas vezes pelas participantes, principalmente quando os significados de mulher, mãe e nutriz foram questionados<sup>2</sup>:

[...] A minha [*filha*], se deixar, ela passa o dia todo na teta! E eu acho uma coisa maravilhosa, **porque tu imagina, tu não poder dar de mamar pro teu filho, né?** [...] E **a gente tem leite!** A gente acha que a gente não tem! E quando tu vê, **tu tem!** (E1)

---

<sup>2</sup> Os excertos de entrevistas que destacamos aqui são transcritos conforme os relatos das entrevistadas, sem correções. Além disso, acionamos apenas um exemplo para cada subcategoria e, ao final de cada citação, indicamos o código da entrevistada, conforme consta no estudo de Silveira (2018).



Contudo, e diferentemente do senso de pertencimento que as participantes possuem de si mesmas por terem leite e darem de mamar aos seus filhos, nossa próxima subcategoria, resultante da análise das falas dessas mulheres, compreende as sequências de texto que evidenciam como elas percebem e classificam as mulheres que não amamentam.

### **E quem não é Mulher-Mãe com Leite, é o quê? É Mulher-Mãe Seca!**

Esta segunda subcategoria contempla as sequências de texto (STs) que tratam das percepções das participantes acerca das representações das mulheres que não amamentam, denominadas pela força da expressão “Mulher-mãe Seca”: aquela que não tem ou não dá o leite materno.

Nessa lógica, quando questionadas sobre a existência de diferenças entre mulheres que amamentam e mulheres que não amamentam, as participantes trouxeram a seguinte definição:

São **mais secas!**  
São **mais estúpidas com a criança!** (E6)

Portanto, conforme as participantes, são mulheres classificadas como “mães más”, pois são mulheres que por não terem leite e/ou por optarem não amamentar, conseqüentemente, não amam e/ou não sabem amar.

### **Comunicação Pública para Quem? As Vozes da Mulher-mãe com Leite e os Silêncios da Mulher-mãe Seca**

Nakano (1996) infere em seus estudos que a amamentação é um processo centrado na mulher e a maternidade é concebida tradicionalmente como principal elemento definidor da identidade feminina ao longo da história. Para autora, o aleitamento materno se dá como uma atividade institucionalizada, com regras e condutas estabelecidas socialmente. Assim, as participantes sentem orgulho ao reforçarem que ainda têm ou tiveram leite, uma vez que essa representação da Mulher-mãe com Leite carrega em seus significados a amamentação, segundo o relato das participantes, como um ato de “amor”. Dessa forma, essa imagem encaixa-se em todas as suas representações produzidas e compartilhadas da “boa mãe”, por isso a necessidade de reafirmar a quantidade de leite, ou seja, a quantidade de “amor”.

Desde aqui, importa observarmos que representações da mulher-mãe através de uma característica biológica como a de ‘ter ou não leite’ exige trazer para esta discussão a categoria analítica de gênero decorrente de uma construção social que questiona a naturalização da dualidade sexual como constitutiva da essência fixa e imutável do ser, reconhecendo como as



diferenças anatômicas foram primordiais em contextos históricos e culturais específicos. Nesse contexto, Meyer (2003, p. 16 – grifo no original) afirma que não se trata de negar a materialidade do corpo, mas de redefinir o foco das análises: “do ‘corpo em si’ para os discursos, processos e relações que possibilitam que sua biologia passe a funcionar como causa e explicação de diferenciações e posicionamentos sociais”.

Percebemos, então, que essas relações que possibilitam com que a biologia justifique representações e comportamentos sociais ainda são e estão fortemente presentes nas imagens que essas mulheres têm de si mesmas e o quanto é reconfortante quando elas se encaixam nesses significados. Nesse sentido, retomamos Badinter (1985) que, em sua reflexão histórica sobre modelos de maternidade, destaca a crescente valorização do aleitamento materno como pilar da construção moderna da maternidade e, conseqüentemente, dos significados de mulher-mãe. A nova imagem da mãe e de seu papel social é alterada, a partir do último terço do século XVIII, por meio de diversas publicações que compõem recomendações sobre como as mães devem cuidar de seus filhos e a rigorosa orientação de amamentá-los. Trata-se de uma ação que impõe à mulher a maternidade como obrigação, acima de qualquer outra função social, e que, segundo Badinter (1985), funda o *mito do instinto materno*.

Assim sendo, observamos que o *mito do instinto materno* apresentado por Badinter em 1985, ainda se encontra presente no imaginário das mulheres do século XXI, visto que, nesse movimento, o amor e a afeição materna ganham espaço, passando o exercício da maternidade a estar associado, de forma permanente, ao imaginário sobre feminilidade. Desse modo, a maternidade ganhou diferentes modelos ao longo da história, o que consolidou, conforme Kalil (2015), um processo identificado na atualidade como uma nova ideologia de maternidade. Ideologia essa que foi diretamente influenciada pelos discursos em prol do aleitamento materno proferidos e difundidos mundialmente por governos e organizações dedicadas à saúde, ao longo do último quarto do século XX.

Essa ideologia constitui-se das chamadas *maternidade intensificada* (HAYS, 1998) ou *maternidade total* (WOLF, 2007) que se fundamentam na naturalização da função social da mulher por meio do reforço ao mito do instinto materno e da biologização da amamentação com um novo modelo de maternidade. Esse modelo se assemelha a um desdobramento do discurso higienista sobre a responsabilidade da mãe para com o cuidado dos filhos, sua saúde e pleno desenvolvimento, e está relacionado à ideia de uma maternidade que se coloca como totalizante no que diz respeito à subjetividade e à identidade da mulher que decide por ter um filho. Sendo assim, a atitude esperada da “boa mãe” é a de reduzir todos os riscos a que os filhos

possam estar expostos, independentemente dos custos potenciais de qualquer natureza que esse comportamento venha a ocasionar para a sua própria vida.

Nessa ideologia, a amamentação parece ser uma questão-chave a ser problematizada, seja com relação à definição de períodos e padrões ideais de aleitamento, às implicações recíprocas entre amamentação e trabalho/emancipação feminina ou aos discursos oficiais recentes acerca do tema. Para Kalil (2015), é possível apontar a presença desse modelo de maternidade intensificada ou total em grande parte dos discursos em defesa do aleitamento materno e na *Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta* (2015, p. 3) não é diferente, conforme este trecho: “Você, como mãe e trabalhadora remunerada, quer dar ao seu filho o melhor alimento, o contato físico, o carinho, o estímulo, a proteção contra doenças, ou seja, tudo o que você sonhou de melhor para ele. Amamentar permite dar ao seu filho tudo isso.”

Esse posicionamento é convergente com as falas das participantes quando questionadas sobre a importância de amamentar. De modo consonante às afirmações dessas mulheres e em perspectiva das políticas públicas e da comunicação pública, importa destacarmos que, de acordo Kalil (2015), as políticas atuais dirigidas especificamente ao aleitamento materno continuam em seus discursos, em grande medida, a atrelar a maternagem ou cuidado com o bebê à amamentação, reforçando, conseqüentemente, a ideia da mãe como responsável insubstituível por essa esfera da vida familiar e social. Nesse sentido, é a perspectiva de gênero que destaca o que há de socialmente construído nessas “leis naturais”, permitindo-nos problematizar o imaginário comumente aceito de uma divisão sexual dos papéis sociais e, também, da classificação e exclusão de mulheres que não se encaixam nessa categoria de “boa mãe” através do reforço de materiais educativos.

A tensão entre essas representações ideais (e constantemente reforçadas em termos de comunicação pública, como é o caso da Cartilha) e a vida objetiva, que pode configurar-se distante delas (por exemplo, os fatos de: poder não ter leite; ou ser forçada a parar de amamentar para poder trabalhar), gera angústia, elevados níveis de sofrimento, tendência de essas mulheres se desqualificarem (por não serem boas mães), e desenvolverem quadros depressivos. Como havia indicado Badinter (2011), o fato de o aleitamento materno se constituir como imperativo tem constrangido a mulher na sociedade, gerado culpa e impotência em mães que não podem ou não desejam amamentar.

Mulheres essas que, considerando a força dessas representações, tendem a ser silenciadas nos e/ou excluídas dos processos de comunicação pública, pois que não existe aí lugar para a mulher

que não consegue ou não quer amamentar. Nessa definição percebemos que assim como a quantidade de leite na mulher (primeira subcategoria) está intrínseca e diretamente ligada ao amor, carinho, alimento e vida da criança (associação reforçada pela Cartilha), a falta de leite, mas principalmente a decisão da mulher em não amamentar carrega em seu significado de Mulher-mãe Seca, não apenas a ‘secura do peito’ em não ter ou produzir pouco leite, mas também a falta de amor e de carinho. E isso se traduz numa estupidez por parte da mulher com seu filho, num deserto de emoções e sentimentos de quem não produz ou não dá o alimento responsável pela vida da criança. Assim, sob essas representações determinísticas, se amamentar é “o” ato de amor com o bebê, a Mulher-mãe Seca não ama ou não pode amar.

Nessa perspectiva, segundo Meyer (2003), os sistemas de representação quando posicionam seres humanos como mulheres, mães e nutrizes de diferentes tipos, ao proporcionarem respostas que possibilitam a elas entender aquilo que são ou devem fazer enquanto mães ou, ainda, ao operarem a equivalência entre o ser mãe e a prática da amamentação, ou entre maternidade e amor desmedido ou abnegado, conformam os corpos e as identidades desses sujeitos. Esse posicionamento incide sobre os processos de definições de “boa mãe” (responsável) ou de “má mãe” (relapsa), e dos tipos de vínculos entre mãe e filho (adequados ou inadequados) que ocorrem dentro ou no entorno dos programas de saúde. Portanto, direcionam, de um determinado modo, as ações e os materiais educativos que os programas propõem, e têm efeitos muito concretos nas vidas das pessoas e dos grupos de mulheres que neles são definidos, posicionados e mobilizados.

A este ponto, cabe destacarmos o papel que a comunicação pública, particularmente a realizada pelo Estado, exerceu nesse processo, seja via campanhas, seja pela ação de profissionais com atuação no âmbito da saúde pública. Comunicação essa que, por estar orientada ao atendimento de determinados objetivos, exerceu-se no sentido de reforçar representações específicas, traduzindo-se em algo como o silenciamento das vozes destoantes e/ou contraditórias. E isso se contrapõe frontalmente à percepção de comunicação pública.

Nesse sentido, se é fato que as Campanhas de Aleitamento Materno dão visibilidade a importância do leite materno, também é fato que as entrevistadas sabem das vantagens e benefícios da lactação. Entretanto, em seu mundo objetivo, muitas vivenciaram as dificuldades e os conflitos entre o querer e o poder amamentar. Essa questão de fundo não é tratada nos materiais educativos, não recebe visibilidade para gerar crítica e debate. Ao não atentar para isso, esses materiais reforçam o autorreconhecimento dessas mulheres como Mulher-mãe com Leite como boa mãe. Ao mesmo tempo, silenciam a Mulher-mãe Seca não apresentada em

nenhum material de comunicação pública, não dando conta da realidade das mulheres que não amamentam em nosso país.

No entanto, essa voz para a Mulher-mãe com Leite (boa mãe) e esse silenciamento para a Mulher-mãe Seca (má mãe), serve como estratégia, uma vez que, como afirma Santos (2002), as campanhas servem para alertar acerca das precauções, dos sintomas, dos riscos etc., fazendo com que, nessa operação (de informação e alerta ao público) o Estado, por ter, em alguma medida, cumprido com a sua parte, transfira a sua responsabilidade para o indivíduo, ou seja, para elas.

Nessa direção, é fundamental refletirmos sobre o modelo de comunicação pública adotado em grande parte das políticas públicas em saúde, presente inclusive nas Campanhas de Aleitamento Materno, que pouco ou nada tem em comum com a percepção de comunicação pública que tentamos trazer neste trabalho. Diante disso, importa salientarmos que uma política voltada ao estímulo dos processos de comunicação pública deve considerar previamente os entraves para uma deliberação aberta, livre, ampla e plural, pois que cidadãos politicamente autônomos são aqueles capazes de identificar suas necessidades, processá-las argumentativamente e avaliar quais políticas sociais seriam efetivas. Em seguida, deveriam participar de deliberação pública sobre o tema até que essas políticas realmente fossem implantadas e seus resultados pudessem ser acompanhados pela sociedade. Esse processo não é viável quando “grupos e indivíduos politicamente desarticulados ou desvalorizados socialmente têm suas demandas constantemente restringidas às dinâmicas comunicativas de contextos privados ou ‘alternativos’ que fazem parte das margens do processo deliberativo” (MARQUES, 2008, p. 32 – grifos no original).

Logo, ao percebermos os processos de comunicação pública realizados pelo Ministério da Saúde, a partir das representações da Mulher-mãe com Leite e da Mulher-mãe Seca, identificadas pelas participantes do Estudo LINDA-Brasil, inferimos que as representações da mulher-mãe compartilhadas na sociedade estão impregnadas do reducionismo biológico, marcado pela incapacidade de lidar com o conflito que se estabelece para a mulher-mãe entre o querer e o poder amamentar. Nos materiais educativos em prol da causa, essa incapacidade silenciou historicamente a Mulher-mãe Seca.

### **Considerações**

Este trabalho teve como ponto de partida questionamentos a respeito das vozes e dos silêncios percebidos nos processos de comunicação pública realizados pelo Ministério da Saúde, a partir

das representações da Mulher-mãe com Leite e da Mulher-mãe Seca. Desse modo, e articulando o referencial teórico com os resultados empíricos da pesquisa realizada por Silveira (2018), constatamos que as representações da mulher-mãe intercambiadas pela sociedade e identificadas pelas participantes acabam por naturalizar a amamentação, tomando-a como processo e comportamento eminentemente biológico, e que faz parte de um papel natural e social da mulher na sociedade, fazendo com que a mulher-mãe que preenche o pré-requisito de Mulher-mãe com Leite seja eleita a “boa mãe” em oposição à Mulher-mãe Seca que é classificada como um ser inferior, não só diante das outras mulheres-mães, mas também nos/pelos materiais educativos em prol da causa, visto que essas mulheres são silenciadas historicamente nos processos de comunicação pública.

Portanto, a proposta de uma política voltada ao estímulo dos processos de comunicação pública em uma perspectiva mais ampla e integradora de diversos saberes – inclusive das próprias mulheres-mães – na educação voltada para o processo de amamentação só poderá se constituir por meio de uma atitude de crítica e debate das diferentes vozes envolvidas nesse processo comunicacional e por uma percepção mais ampla da mulher enquanto lactante. Acreditamos que essa percepção poderia ser fértil para a construção de atitudes, em termos de comunicação e saúde, que incluam as práticas de ouvir antes de aconselhar, de incluir as vozes de todes antes de prescrever; e, sobretudo, de compreender o contexto ao qual se dirige antes de atuar para que essas ações não sejam marcadas por silêncios na vida dessas mulheres.

## Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro, Record, 2011.

BALDISSERA, Rudimar. **Comunicação organizacional**: o treinamento de recursos humanos como rito de passagem. São Leopoldo. Unisinos, 2000.

\_\_\_\_\_. Significação e comunicação na construção da imagem-conceito. In: **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 193-200, set./dez. 2008. Disponível: <[goo.gl/9i9LmD](http://goo.gl/9i9LmD)> Acesso em: 11 de jan. de 2017.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MACHADO, Márcia Tavares. Amamentação: um resgate histórico. In: **Cadernos da Escola de Saúde Pública do Ceará**, Fortaleza, v.1, n.1, p.17-25, jul./dez. 2005. Disponível: <<https://goo.gl/Mxn4Wj>> Acesso em: 16 de ago. de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta**. 2 ed. Brasília, DF, 2015.

ESTEVES, João Pissarra. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GIL, Patrícia Guimarães.; MATOS, Heloiza. Quem é o cidadão na comunicação pública? Uma retrospectiva sobre a forma de interpelação da sociedade pelo Estado em campanhas de saúde. In: MATOS, H. (Org), **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo, ECA/USP, 2013. Disponível: <<https://goo.gl/wFpKwZ>> Acesso em: 11 de jun. de 2016.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.

HAYS, Sharon. **Contradições culturais da maternidade**. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998.

KALIL, Irene Rocha. **De silêncio e som: a produção de sentidos nos discursos oficiais de promoção e orientação ao aleitamento materno brasileiros**. 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; ROCHA, Simone Maria. A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. In: **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 38-53, jan./abr. 2006. Disponível: <[goo.gl/CqkvYK](http://goo.gl/CqkvYK)> Acesso em: 28 de nov. de 2016.

MEYER, Dagmar Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 33-58, set./dez. 2003. Disponível: <<https://goo.gl/AU2Rpc>> Acesso em: 13 de fev. de 2017.

NAKANO, Ana Márcia Spanó. **O Aleitamento Materno no Cotidiano Feminino**. Tese (Doutorado em Enfermagem), Universidade de São Paulo/USP, Ribeirão Preto, 1996.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. **Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil: uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção (1986-2000)**. Tese (Doutorado em Educação). UFRGS, Porto Alegre, 2002.

SARTOR, Basílio Alberto; BALDISSERA, Rudimar. A noção de interesse público e a perspectiva da comunicação. In: ROSÁRIO, Nísia Martins do; SILVA, Alexandre Rocha da (Org.). **Pesquisa, Comunicação, Informação**. Porto Alegre, Sulina, 2016.

SCHMIDT, Maria Inês et al. **Lifestyle INtervention for Diabetes prevention After pregnancy (LINDA-Brasil): study protocol for a multicenter randomized controlled trial**. *BMC Pregnancy Childbirth*. Published online 2016 mar 30. Disponível: <[goo.gl/mAqDek](http://goo.gl/mAqDek)> Acesso em: 19 de fev. de 2017.

SILVEIRA, Amanda Braga. **Comunicação Pública e Campanhas de Aleitamento Materno: representações da mulher-mãe materializadas na/pela Cartilha para a mulher trabalhadora que amamenta do Ministério da Saúde**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). UFRGS, Porto Alegre, 2018.

WOLF, Joan B. Is breast really best? Risk and total motherhood in the National Breastfeeding Awareness Campaign. In: **Journal of Health Politics, Policy and Law**, v. 32, n. 4, p. 595-636, 2007. Disponível: <<https://goo.gl/X1wmTM>> Acesso em: 19 de fev. de 2017.